





Editorial

Cadernos do FNDE, Ano 3, Vol. III, n.06, jul.-dez., 2022

Anna de Carvalho Cavalcanti

 <https://orcid.org/0000-0002-3005-6537>

 <http://lattes.cnpq.br/6042864176994437>

University of Münster, WWU MÜNSTER, Alemanha

E-mail: annacavalcanti@gmail.com

Chegando ao final de mais um ano, a revista Cadernos do FNDE publica sua última edição de 2022, cumprindo com a periodicidade estimada pela sua política editorial e mantendo o compromisso com autores e leitores. Ao longo deste ano, a revista contou com a colaboração de 11 novos autores, ampliando cada vez mais o alcance entre pesquisadores sobre o debate das políticas públicas na Educação, especialmente no âmbito do FNDE.

Nesta edição, seguindo os preceitos da publicação contínua, damos partida com dois artigos, ambos tendo como base de suas investigações ações desempenhadas pelo FNDE. O primeiro, intitulado “As ações empreendidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no marco da Presidência Pro Tempore (PPT) brasileira para a formação da agenda de cooperação multilateral de educação no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, é de autoria das pesquisadoras Laiane Tavares de Rezende, Débora Cristina Soares Santos e Hadassah Laís Santana.

Nele, é apresentada uma pesquisa qualitativa de documentos direcionadores sobre a atuação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Sabendo que a CPLP proporcionou a elevação da segurança alimentar a um tema prioritário no marco da presidência brasileira entre os anos de 2016 e 2018, as autoras buscam verificar de que forma as ações desempenhadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contribuíram para a consolidação da agenda de Cooperação Multilateral de Educação da CPLP. Como a pesquisa tinha como objetivo um estudo sobre a formação de agenda de políticas públicas, foi trabalhado o conceito de *agenda setting*, termo mais comum no campo das ciências políticas e áreas afins.

No trabalho, ao contextualizarem a conjuntura que permitiu ao Brasil a inserção da discussão sobre segurança alimentar na pauta da CPLP, identifica-se como evidente o protagonismo do FNDE para elevar a alimentação escolar como eixo prioritário no domínio da Educação. De acordo com as autoras, o compartilhamento da experiência do Programa Nacional de Alimentação demonstra a expertise técnica e política da instituição, o que contribuiu para a alteração da agenda de cooperação multilateral da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O segundo trabalho, de autoria de Laiane Tavares de Rezende, Luciana Mendonça Gottschall, Kênia Pereira da Silva Sampaio e Solange Fernandes de Freitas Castro, é intitulado “Avanços da legislação do programa nacional da alimentação escolar”. O objetivo é apresentar uma incursão sobre as Resoluções do FNDE que regulamentam o PNAE, registrando os principais avanços de regramentos no Programa. A linha de corte do estudo foi a publicação da Lei nº 11.947/2009. A análise desse histórico permitiu evidenciar o papel da Autarquia nessa política pública e a capacidade de o Fundo adaptar as normas do Programa aos desafios impostos pelo contexto social, educacional e nutricional.

Nesta edição, o PNAE emerge com força em ambos os artigos, contribuindo como fonte de pesquisa acadêmica na medida que se apresenta, conforme afirmam Rezende, Santos e Santana (2022), como “uma política estruturalmente robusta que propicia a execução da oferta de alimentação saudável, aliando à educação alimentar e a instrumento de compra institucional focado na agricultura familiar”. Conseguimos, assim, em mais uma publicação contínua, traçar paralelos e diálogos que firmam as pontes entre a execução das políticas públicas e a validação da sua importância com evidências científicas.